

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 18/06/03	Proposição: PEC Nº 40, DE 2003 – DO PODER EXECUTIVO
--------------------------	--

Autor: Deputado Pedro Henry e Outros	Nº do Prontuário
---	-------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva Global	<input type="checkbox"/>
--	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	--	--------------------------

Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Pág. 1 de 2
----------------	-------------------	----------------	----------------	--------------------

Comissão Especial da Reforma Previdenciária

Suprima-se a expressão “percebidos cumulativamente ou não”, constante do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, a que se refere o art. 1º da PEC nº 40/03, do Poder Executivo.

JUSTIFICAÇÃO

Esta supressão de expressão objetiva impedir a inconstitucionalidade causada pela possibilidade de ocorrência de antinomia dos dispositivos da Constituição Federal e afastar aspecto grave de irrazoabilidade provocado por essa antinomia.

A doutrina define que uma norma constitucional torna-se inconstitucional, no caso de uma delas assegurar o exercício de um direito e a outra retirá-lo por via indireta, como ocorrerá com a redação original do inciso XI do art. 37 da PEC nº 40/03, ao limitar os ganhos, impedindo a acumulação de vencimentos ou de vencimentos e proventos.

Por sujeitar ao texto a percepção de subsídios, remunerações e proventos, ainda que decorrentes de acumulação permitidas na Constituição (dos cargos de professor; um cargo de professor e outro, técnico ou científico; e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas), é inequívoco o elevado grau de irrazoabilidade e de antinomia dessas normas constitucionais.

Com esta supressão, se resolverá em definitivo um impasse que impediu até agora a implantação do teto preconizado pelo inciso XI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, cumprindo efetividade ao inciso XVI do art. 37, ao inciso I do parágrafo único do art. 95 e ao art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 18/06/03	Proposição: PEC Nº 40, DE 2003 – DO PODER EXECUTIVO			
Autor: Deputado Pedro Henry e Outros	Nº do Prontuário			
<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Pág. 2 de 2
<p>Ademais, a possibilidade de percepção de ganhos por atividades acumuladas por irretorquível permissão constitucional, além de sanear este flagrante aspecto de irrazoabilidade, de obrigar, em decorrência, ao exercício gratuito de cargos e funções, inimaginável na ordem jurídica do setor público, não causa aumento de despesas, pois, seguramente, o afastamento, por exemplo de um professor universitário, que também ocupa cargo na magistratura, não obstante o permissivo do dispositivo constitucional (inciso I do parágrafo único do art. 95 da CF), implicaria na nomeação de outro, percebendo igual remuneração e, provavelmente, com bem menor experiência.</p>				
Brasília-DF., 18/06/03 – Assinatura do Deputado:				